

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A QUESTÃO DO MAL EM SANTO AGOSTINHO E HANNAH ARENDT

INTRODUCTORY NOTES ON THE QUESTION OF EVIL IN ST. AUGUSTINE AND HANNAH ARENDT

Ana Kelly Ferreira Souto Pinto¹
José João Neves Barbosa Vicente²

Resumo:

Na história do pensamento ocidental, Santo Agostinho e Hannah Arendt se destacam pelas suas contribuições substanciais para a compreensão de diversos temas e assuntos que interessam a todos nós. De um modo geral, Santo Agostinho exerceu forte influência sobre o pensamento de Hannah Arendt desde início da sua trajetória intelectual, como se pode observar em seus diversos trabalhos. Assim como Santo Agostinho, Hannah Arendt também teve que lidar com a questão do mal em sua época, após o surgimento do fenômeno totalitário. Assim, neste texto, o objetivo é apresentar de forma introdutória, algumas notas sobre as concepções do mal desses dois pensadores, no intuito de verificar possíveis pontos de convergências ou divergências entre elas.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Santo Agostinho; Mal, Privação; Bem.

Abstract:

In the history of Western thought, St. Augustine and Hannah Arendt stand out for their substantial contributions to the understanding of various themes and subjects that interest us all. In general, St. Augustine has had a strong influence on Hannah Arendt's thought since the beginning of her intellectual career, as can be seen in her various works. Like St. Augustine, Hannah Arendt also had to deal with the question of evil in her time, after the rise of the totalitarian phenomenon. Thus, in this text, the objective is to present, in an introductory way, some notes about the conceptions of evil of these two thinkers, in order to verify possible points of convergence or divergence between them..

Keywords: Hannah Arendt; St. Augustine; Evil, Deprivation; Good.



¹ Doutoranda em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás) e doutoranda em Filosofia na Universidade Federal de Goiás (UFG/Goiás), Orcido: <https://orcid.org/0000-0003-4736-1113>

² Doutor em Filosofia. Professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6823-3933>

Observação preliminar sobre a relação entre as ideias de Santo Agostinho e Hannah Arendt

Santo Agostinho e Hannah Arendt viveram em épocas diferentes e suas preocupações filosóficas fundamentais não apontam necessariamente para a mesma direção, cada um refletiu sobre assuntos que, aos seus olhos, pareciam naquele momento como algo inadiável. O pensamento de Santo Agostinho, por exemplo, encontra-se profundamente comprometido com as questões religiosas que envolvem o cristianismo, a “interioridade”, o mal e, em certa medida, as questões pedagógicas. Por outro lado, o pensamento de Hannah Arendt se concentra basicamente nas questões políticas do século XX, principalmente em oposição aos regimes totalitários, cujo “espírito” ainda parece pairar sobre nós ameaçando frequentemente os regimes democráticos ao redor do mundo, mas também discutiu temas como, por exemplo, educação e o mal (PINTO & FILHO, 2022; VICENTE, 2020; SOUKI, 1998; PINTO & VICENTE, 2021; 2022). Santo Agostinho e Hannah Arendt analisaram também com profundidade vários outros assuntos imprescindíveis ao longo das suas obras que, de um modo geral, contribuíram para que ambos ganhassem destaque em suas respectivas épocas. Como observou Hick em seus estudos, depois de São Paulo, “provavelmente” nenhum outro autor contribuiu tanto quanto Santo Agostinho no sentido de “dar forma à estrutura da crença cristã ortodoxa”; ainda de acordo com esse autor, “nem a escolástica e nem o protestantismo alteraram significativamente o grande plano da sua imagem de Deus e do universo, ou a sua concepção do drama da criação humana, queda e redenção” (HICK, 2018, p.75). Por outro lado, Hannah Arendt está entre os nomes mais importantes do pensamento político do século XX; de acordo com Fry (2010, p.11, 197), ela era “uma escritora extremamente fértil” e “tratou de diversos temas”, mas sua “marca singular” foi certamente a sua contribuição “de forma significativa para o debate político”. Portanto, Santo Agostinho e Hannah Arendt estão entre os “gigantes” do pensamento ocidental, não apenas pelos diversos assuntos e temas que analisaram e discutiram em suas épocas, mas principalmente pela profundidade das suas reflexões. O objetivo aqui, no entanto, não é enumerar os diversos assuntos abordados por esses dois pensadores e nem debatê-los ou discuti-los de forma minuciosa e abrangente; o que se pretende efetivamente é esboçar uma pequena nota introdutória sobre a questão do mal em suas reflexões, no intuito de verificar possíveis convergências ou divergências no modo como cada um pensou esse tema em suas respectivas épocas. O problema do mal aparece como assunto importante nas obras de Santo Agostinho e Hannah Arendt e, frequentemente, eles são lembrados quando esse tema está em debate ou discussão, por isso é importante analisá-lo, ainda que de modo introdutório.

Para aqueles que estão familiarizados com a obra de Hannah Arendt, não há nenhuma dúvida de que seu pensamento tem uma forte ligação com as ideias de Santo Agostinho que, como se sabe, serviram de inspiração para a elaboração da sua tese de doutorado intitulada *Der Liebesbegriff bei Augustin*. Esse trabalho foi traduzido em vários idiomas e publicado por diversas editoras ao redor do mundo; sua publicação em português, *O conceito de amor em Santo Agostinho* (1997), teve que esperar por mais de seis décadas e se tornou uma das fontes de pesquisa importante, não apenas para aqueles que buscam entender o pensamento de Santo Agostinho, mas também para aqueles que estudam a obra de Hannah Arendt e sua relação com as ideias desse importante pensador. Mas é preciso destacar que, a

relação de Hannah Arendt com o pensamento de Santo Agostinho, não ficou restrita à sua tese de doutorado ou ao conceito de “amor”, essa relação está presente e de forma acentuada em seus trabalhos posteriores sobre a política e é perceptível desde sua obra *Origens do totalitarismo* (1989). Nessa obra, por exemplo, é na companhia de Santo Agostinho, principalmente refletindo sobre sua afirmação *Initium ut esset homo creatus est*, que Hannah Arendt descreve o “começo” não apenas como a “suprema capacidade do homem”, mas também como algo que, em termos políticos, corresponde à sua própria “liberdade” (ARENDR, 1989, p.531). O pensamento de Santo Agostinho é retomado diversas vezes por Hannah Arendt ao longo das suas reflexões para fundamentar ou justificar alguns dos seus conceitos políticos mais importantes. Na verdade, ao longo do seu percurso intelectual, Hannah Arendt dialogou intensamente com diversos pensadores, Santo agostinho é um deles, mas como a questão do mal ocupa lugar de destaque em suas obras, parece importante verificar se há algum tipo de convergência ou divergência entre eles no modo como cada um pensou esse tema em suas respectivas épocas.

Santo Agostinho, Hannah Arendt e a questão do mal

Nas palavras de Dal Maschio (2015, p.13-14), o mal é um dos “pilares que constituem o pano de fundo sobre o qual se desenvolve todo o pensamento de Santo Agostinho”. Ainda de acordo com esse autor, é “em torno” desse tema que “gira toda a sua biografia intelectual” e, de certo modo, “toda a reflexão agostiniana é dedicada a encontrar uma resposta para a questão colocada pela existência do mal”. O tema do mal é um assunto frequente e persistente nas reflexões de Santo Agostinho e ele o aborda em diversas obras, sempre ciente da necessidade de uma resposta adequada a essa questão, mas foi em seu diálogo *O livre arbítrio*, um texto escrito inicialmente em Roma, que ele mais se estendeu sobre esse problema (MARTINS, 2012; PEREIRA, 2013). De um modo geral, o mal como entendido por Santo Agostinho, não se manifesta de muitos modos, mas sim apenas sob três formas ou categorias: o mal metafísico-ontológico, o mal moral e o mal físico. O primeiro é visto como não ser, o segundo tem início e fim no próprio homem e o terceiro é consequência do pecado original (XAVIER; ROCHA, 2019). Para Santo Agostinho, Deus não fez o mal; Ele é bom; Ele é o Bem. Além disso, é preciso que os homens evitem fazer mal uns aos outros, porque o mal os afastam dos ensinamentos de Deus (AGOSTINHO, Lib., I, 1-12, p. 81, 83). É importante dizer ainda que, para Santo Agostinho, todos aqueles que praticam más ações colaboram para a existência do mal no mundo; isso significa dizer que, de um modo geral, não existe um único autor do mal. Além disso, não se pode esquecer também que cada ser humano é responsável pelos seus atos; Deus concedeu a liberdade a todos e, portanto, ações boas ou más praticadas pelos indivíduos dependem unicamente do seu livre-arbítrio. É preciso evitar as ações baseadas nas paixões e priorizar aquelas baseadas na razão, pois esta permite aos seres humanos terem consciência das suas atitudes e limitações; nunca é demais lembrar que as más ações costumam vir sempre das paixões e que é preciso seguir o caminho do Bem, agir com sabedoria e se afastar das paixões condenáveis através do conhecimento da lei divina (AGOSTINHO, Lib., I, 1,2-3; 3,6-7; 16, 34,34a,35b). Portanto, em um universo estruturado de seres e de coisas, preferir os bens superiores, isto é, os bens da alma, sempre é a melhor opção.

Os bens inferiores, neste caso, os bens materiais e até mesmo as necessidades da carne, devem ser comedidos, utilizados como meios para alcançar a espiritualidade, quer isto dizer, devem ser entendidos como instrumentos para encaminhar a alma ao reencontro com Deus. Quando o Homem escolhe o caminho inverso, preferindo os bens inferiores, perverte a ordem estabelecida por Deus no universo e, conseqüentemente, jaz no pecado. De acordo com Santo Agostinho (Lib., Int. II, 3-4, p. 70), “O mal não é mais do que uma expressão deficiente do ser e o livre-arbítrio é um bem, na medida em que, sem ele, o universo não poderia expandir as potencialidades nele latentes, pois elas estão confiadas a ser dotados [...] de escolha”. Outra instância ou categoria, segundo Santo Agostinho, seria o mal físico. A doença, o sofrimento e a morte fazem parte desse mal. São conseqüências claras do pecado original; logo, só existem porque o primeiro casal humano decidiu pecar contra Deus. Por conseguinte, até mesmo o mal físico resulta do mal moral cometido pelos nossos antepassados. De acordo com o pensamento agostiniano, o homem é livre para fazer o Bem; se peca, a culpa é inteiramente dele e de mais ninguém; “os pecados acontecem quando alguém se separa das realidades divinas e verdadeiramente permanentes e se converte às realidades mutáveis e incertas”; em relação ao mal, o indivíduo o pratica “a partir do livre arbítrio da vontade” (AGOSTINHO, Lib., I, 16, 35a). O mal resulta, portanto, da soberba do livre arbítrio. Em seu diálogo *O livre arbítrio*, Santo Agostinho deixa claro que Deus não é o Autor do mal, ele é perfeito e justo, cometer o mal seria contrariar sua própria essência. Sobre a questão do mal, “não existe um só autor. Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação” (AGOSTINHO, Liv Arb I, 1). Ainda de acordo com Santo Agostinho, se ensina coisas boas, não o mal, principalmente porque o verdadeiro ensino sempre é um bem, mas quando se desvia dele, o mal pode ser ensinado a outrem. De acordo com a perspectiva agostiniana, quando o verdadeiro ensino fala sobre o mal, seu objetivo é sempre colaborar para que o indivíduo seja capaz de evitá-lo e jamais cometê-lo.

Considerando que, por definição, não há “natureza” má, pode-se dizer que, para Santo Agostinho, conforme observação de Gilson (2006), falar em “natureza má”, significa referir-se à “sua corrupção”; sem corrupção, essa natureza é “boa”, na verdade, “mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto que é corrompida”. Para exprimir essa “relação” entre o “mal” e o “bem” no indivíduo, se diz que “o mal é uma *privação*”, isto é, uma “privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que ele deveria ser e, por conseguinte, um puro nada” (GILSON, 2006, p.273). Em outras palavras, significa dizer que, em termos agostinianos, o que existe é bom e, portanto, não há uma natureza má e nem um ser mau; assim, “o mal é a falta do bem” (HAAG, 1981, p.141). Nesses termos, para Santo Agostinho, uma “vontade má”, por exemplo, é aquela “que, enquanto tal, é boa, mas à qual falta ser plenamente o que deveria ser; aqui, não mais do que em outros lugares, o mal não pode existir fora do bem” (GILSON, 2006, p.274). A forma como Santo Agostinho entendeu o problema do mal a partir de Plotino, como deficiência e privação do ser, bem como o modo como ele aprofundou suas reflexões destacando três formas desse mal (metafísico-ontológico, físico e moral), foram fundamentais para que ele explicasse a “presença do mal no mundo”, ausentando Deus de ter sido seu criador; Deus é o Bem e, portanto, não pode ser o criador do mal. O mal tem uma “natureza puramente privativa”, ele “não é nada” e, portanto, “não pode ter sido criado” (GILSON, 2006, p.274). Em termos gerais, para Santo Agostinho, o mal é privação

de um bem, ele não é um ser, não possui um corpo e não foi criado por Deus. No entanto, é importante destacar que, para ele, o mal moral, isto é, o pecado, tem como responsável a vontade dos homens, principalmente porque essa vontade nem sempre costuma ser o que deveria ser; “o homem escolhe livremente suas decisões e é por ser livre que é capaz de fazer o mal” (GILSON, 2006, p.276). Para evitar o mal, a vontade de cada ser humano deveria inclinar-se não para os muitos bens inferiores existentes, mas sim para o Bem Supremo; o ser humano recebeu de Deus um grande bem que é a sua vontade livre, mas o mal pode derivar desse bem quando se faz o mau uso dele. É preciso registrar que, de forma “incansável”, Santo Agostinho, como sublinhou Neiman (2003), descreveu as diversas maneiras como abusamos da nossa liberdade. Nunca é demais lembrar que a resposta de Santo Agostinho para o problema do mal, conforme destacou Hill (2022), foi a seguinte: “o mal é uma privação do bem causada pela desobediência dos homens”. É por isso que Deus, de acordo com a compreensão de Santo Agostinho, não criou o mal, apesar de permitir que ele ocorra para que cada um possa sofrer “as consequências do pecado”. Deus nos deu o maior de todos os presentes que é o livre-arbítrio, permitir o mal faz parte da condição desse presente singular.

As ideias de Santo Agostinho, como já foi dito anteriormente, estão fortemente presentes nas reflexões de Hannah Arendt e vão além da sua tese de doutorado; elas também têm presença marcante no pensamento político de Hannah Arendt desde *Origens do totalitarismo* e, assim como Santo Agostinho, ela também analisou e discutiu a questão do mal em suas reflexões sobre os acontecimentos políticos do seu tempo, principalmente em seus estudos sobre os regimes totalitários do século XX. Um regime político que perseguiu e dizimou milhões de seres humanos e com o qual é “impossível coexistir”; sob o domínio totalitário, os seres humanos são completamente condicionados. “Na prática”, como sublinhou Hannah Arendt, “o governante totalitário age como alguém que persistentemente insulta outra pessoa até que todo o mundo saiba que ela é sua inimiga, a fim de que possa — com certa plausibilidade — matá-la em autodefesa” (ARENDR, 1989, p.474). O regime totalitário como descrito por Hannah Arendt, fez do “terror” a sua própria essência, principalmente porque jamais colocou o “bem-estar” das pessoas como sua meta ou seu objetivo primordial; para esse regime importava a “fabricação” de seres absolutamente obedientes, sem a liberdade e, portanto, sem a capacidade de começar algo novo. E para alcançar seus objetivos, o regime totalitário estava sempre disposto a utilizar qualquer meio ou recurso como, por exemplo, o “terror”, através do qual a “pluralidade” dos indivíduos era totalmente eliminada, bem como a condição da ação em conjunto. O totalitarismo, esse “mal absoluto”, provocou sofrimentos inimagináveis com sua insistência em “fabricar algo que não existe, isto é, um tipo de espécie humano que se assemelhe a outras espécies animais, e cuja única ‘liberdade’ consiste em ‘preservar a espécie’” (ARENDR, 1989, p.488). Portanto, como já foi dito anteriormente, os esforços dos regimes totalitários não estavam inclinados para o bem-estar dos cidadãos.

O mal como visto por Hannah Arendt, “suruiu em relação a um sistema no qual todos se tornaram supérfluos”; esse mal é, para ela, algo “tão horrível” porque não foi praticado ou cometido por pessoas anormais ou criminosas, aqueles “monstros” que o praticou “não eram sádicos num sentido clínico” (ARENDR, 1989, p. 510; 2004, p.320). De acordo com Hannah Arendt, aqueles que cometeram o mal, simplesmente “renunciaram voluntariamente a todas as qualidades pessoais, como

se não restasse ninguém a ser punido ou perdoado”; os protestos dos criminosos nazistas, por exemplo, sempre insistiram em destacar que nenhum deles tinham cometido crime algum, uma vez que eles jamais agiram por iniciativas próprias e nem sequer tinham “intenção boa ou má”, apenas obedeceram e cumpriram as “ordens” (ARENDR, 2004, p. 177). Esses criminosos parecem ter excluído o pensar e o lembrar que são capazes de evitar ações más; para “um ser pensante, arraigado em seus pensamentos e lembranças e, assim, conhecedor de que tem de viver consigo mesmo, haverá limites para o que pode se permitir fazer”. Esses limites que, como se sabe, não são os mesmos para todas as pessoas em qualquer época e região, não têm origem no exterior, mas sim no próprio indivíduo, isto é, quem coloca esses limites é ele mesmo; sem esses limites, ou em outras palavras, na ausência deles, o “mal ilimitado e extremo” se torna “possível”. Para evitar o mal, os limites não podem, portanto, estar ausentes; dessa forma, os indivíduos não deslizam simplesmente “sobre a superfície dos acontecimentos” e nem “se deixam levar adiante sem jamais penetrarem em qualquer profundidade de que possam ser capazes” (ARENDR, 2004, p. 166). Nos regimes totalitários, as ausências do pensar e do lembrar parecem ter possibilitado o surgimento de um tipo novo de criminoso, isto é, aquele que comete crime sem ser movido pela ira, iniciativa própria ou por gosto pelo mal, mas sim pela obediência a uma ordem. Mesmo sem qualquer convicção e sem ser convencido pelo regime totalitário, muitos cometeram crimes obedecendo ordens. Eichmann, por exemplo, foi um deles; para ele, sua adesão ao “Partido” ocorreu “sem decisão prévia. Aconteceu muito depressa e repentinamente” (ARENDR, 1999, p. 45). Portanto, mesmo sem convicção, ele estava apto e disposto a obedecer e a executar qualquer tipo de ordem dada pelos seus superiores.

Eichmann não escolhia necessariamente o mal que cometia, mas executava detalhadamente todas as ordens dadas pelos seus superiores, mesmo que essas ordens fossem para que ele enviasse, por exemplo, “seu próprio pai para a morte” (ARENDR, 1999, p. 54). Eichmann, assim como tantos outros que nos regimes totalitários cometeram crimes horríveis e monstruosos obedecendo ordens, eram pessoas incapazes de “pensar [...] do ponto de vista de outra pessoa” (ARENDR, 1999, p. 62). De acordo com Hannah Arendt, ele era uma pessoa que não pensava e nem julgava suas ações; e quanto mais se ouvia esse homem, “mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de *pensar*, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (ARENDR, 1999, p. 62). Portanto, em síntese, a origem dessa atitude de Eichmann, como assinalou Scardueli (2013, p.40-41) em seus estudos, está na “sua incapacidade de pensar criticamente, de julgar por si próprio e de agir autonomamente”; ele não praticou o mal porque escolheu praticá-lo, apenas obedeceu e executou sem pensar e de forma cega tudo o que foi solicitado a ele. Por mais absurdo que possa parecer, o homem que praticou diversos crimes monstruosos era igual a “muitos”, isto é, “nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDR, 1999, p. 299). Com um grande vácuo interior que deveria estar preenchido pela capacidade de pensar, Eichmann se comportava com uma indiferença total em relação ao outro; assim, sem qualquer profundidade, enraizamento, razões e intenções, ele praticou um mal monstruoso e extremo. Na ausência da reflexão, a indiferença reina de forma absoluta e se torna o terreno propício para o surgimento do mal; para que isso não aconteça, cada ser humano precisa assumir efetivamente a responsabilidade de sempre refletir sobre os seus

atos e jamais obedecer e seguir de forma cega.

Assim como Santo Agostinho outrora, Hannah Arendt teve que lidar também com o problema do mal ao buscar compreender os acontecimentos políticos da sua época; na verdade, a “contribuição filosófica mais importante para o problema do mal no século XX”, como destacou Neiman (2003, p.298), está em seu livro *Eichmann em Jerusalém*. Pode ser que Hannah Arendt não escolheu lidar com esse problema, afinal, como se sabe, a sua tese de doutorado não foi sobre o mal, mas sim sobre o “amor” em Santo Agostinho, um pensador que, como observou Canovan (1992, p.8), permaneceu em seu pensamento “pelo resto da sua vida”. Talvez ela gostaria de ter continuado seus estudos sobre o amor, mas parece que a sua época não era um ambiente propício para que alguém dedicasse totalmente a esse tema. Em outras palavras, como disse Heberlein (2021, p.15), “quem sabe ela tivesse continuado a explorar diversas formas de amor se a época em que viveu não a obrigasse a encarar outros fenômenos humanos, como o mal”. Seja como for, uma coisa é certa, ao lidar com os acontecimentos políticos mais importante da sua época, na tentativa de compreender aquilo que ela denominou de um fenômeno novo e sem precedentes na história da humanidade, isto é, o totalitarismo, Hannah Arendt teve que lidar também com o problema do mal. E como para ela a “verdade”, de acordo com observações de Heberlein (2021, p.14), “precisa ser dita, não importam as consequências”, certamente em relação ao mal não foi diferente, isto é, ela não abriu mão da sua “fé inabalável no que é verdadeiro e certo” ao lidar com essa questão em sua época. Assim, de modo firme, “em inúmeros artigos e diversos livros [...] ela explora o conceito, investigando os mecanismos, as origens, a essência e a natureza do mal [...] atacou o mal da mesma forma que atacou todos os problemas, analisando-os e denominando-os” (HEBERLEIN, 2021, p.15). O mal que Hannah Arendt enfrentou no século XX é, certamente, algo que nunca deveria ter acontecido, mas infelizmente aconteceu e ela precisou enfrentá-lo para compreendê-lo. Esse mal que, para Hannah Arendt, foi algo “monstruoso” é também um “nada precisamente porque é totalmente negativo, um vácuo” (MATHEWES, 2004, p.151). Tudo isso está presente em seu livro *Eichmann em Jerusalém*, no qual ela reflete sobre o julgamento de Adolf Eichmann e desenvolve a sua famosa ideia do mal como banalidade, argumentando que se trata essencialmente de algo não refletido, opondo-se à ideia do mal como demoníaco ou radical que implica pensamentos intencionais (STRAND, 2021). Para alguns estudiosos e pesquisadores do pensamento de Hannah Arendt, sua concepção do mal tem a ver com a forma como Santo Agostinho interpretou esse fenômeno em sua época.

Para aqueles que defendem a influência das ideias de Santo Agostinho no modo como Hannah Arendt entendeu e descreveu o mal no século XX, não há dúvida de que quando Santo Agostinho disse que o mal é uma ausência do bem, ele estava dizendo que o mal é um nada. Para Mahony (2018), por exemplo, o que Hannah Arendt disse sobre a natureza do mal, sugere-se que ela segue a doutrina agostiniana de que o mal não tem substância. De acordo com Elshtain (1995, 76-77), Hannah Arendt é “a filha fiel” de Santo Agostinho e é a ele que ela recorre para “capturar a profundidade” do “horror” que ela vivenciou em sua época; para esse autor, não se pode desconectar a “banalidade do mal” de Hannah Arendt da “construção metafísica” de Santo Agostinho do “mal em relação ao bem”. Apesar de muitos estudiosos costumam ligar a compreensão de Hannah Arendt sobre o mal “à sua experiência pessoal” com os regimes totalitários e à cobertura que ela fez do

juízo de Eichmann, para Grumett (2000), esse tipo de atitude não fornece uma compreensão completa sobre a questão do mal em Hannah Arendt, cujo pensamento tem uma forte ligação com as ideias de Santo Agostinho. Na verdade, vários “pensadores políticos contemporâneos” e “teólogos agostinianos” como assinalaram Strand (2021) e Kiess (2016) em seus respectivos estudos, alegaram de que “a concepção do mal de Hannah Arendt como “banalidade”, derivou-se da concepção de Santo Agostinho do “mal como privação”; em outras palavras, para esses estudiosos existe um paralelo entre as duas concepções do mal e, nesse sentido, ler Hannah Arendt como se ela fosse “uma representante moderno da tradição agostiniana sobre o mal”, não seria uma atitude inadequada. Esse tipo de leitura, no entanto, como destacou Kiess (2016, p.4), esbararia nas “fortes afirmações” de Hannah Arendt “sobre os limites da tradição em explicar o mal do totalitarismo”. Em Hannah Arendt, como se sabe, não há espaço para explicar o mal à luz da tradição.

Aproximar as concepções do mal de Santo Agostinho (privação) e de Hannah Arendt (banalidade), ou em outras palavras, considerar a explicação de Hannah Arendt sobre o mal como agostiniana é certamente instigante, mas não parece ser uma atitude que se alinha totalmente com o pensamento e o posicionamento de Hannah Arendt. De acordo com Chaves (2009), não há dúvida, por exemplo, de que Hannah Arendt, assim como Santo Agostinho, “não pensa [...] em termos de uma vontade maligna, disposta deliberadamente a cometer o mal em nome do próprio mal”, mas também é preciso sublinhar de modo claro que, bem diferente de Santo Agostinho, Hannah Arendt “não considera que o mal, pelo menos o mal banal, possa ser uma questão relacionada à corruptibilidade. Esse aspecto do mal [...] é algo que Agostinho [...] jamais pôde imaginar” (CHAVES, 2009, p.60). Uma outra questão a ser levantada nessa tentativa de enxergar uma perfeita convergência entre as concepções de Santo Agostinho e Hannah Arendt é que, para ela, o mal do século XX não se enquadra nos conceitos tradicionais; para Hannah Arendt, a tradição tem seus limites e ela é incapaz de explicar esse tipo de mal. Como observou Kiess (2016), para ela, o totalitarismo foi um fenômeno que “quebrou o fio da tradição” e, portanto, é impossível ser compreendido por qualquer “categoria tradicional, moral, legal ou teológica”; nesse sentido, as concepções do mal de Santo Agostinho e Hannah Arendt parecem revelar “tensão” ao invés de “convergência”; essa tensão, no entanto, pode ser algo frutífero, se for entendida como um convite para “uma conversa mais profunda sobre a natureza da tradição e sua capacidade de enfrentar o desafio do mal na era moderna” (KIESS (2016, p.4). A concepção do mal de Hannah Arendt pode ser entendida como uma maneira de se lidar com fenômenos humanos sem precedentes que podem surgir em qualquer época. Em relação a uma possível convergência ou divergência entre ela e Santo Agostinho no que diz respeito a essa questão, Strand (2021) recentemente destacou que as “visões” de Santo Agostinho, principalmente como estão apresentadas em *Cidade de Deus*, leva a crer que “há tensões consideráveis” entre sua concepção e a de Hannah Arendt; essas tensões são difíceis de serem conciliadas.

Bibliografia

AGOSTINHO, SANTO. **O livre arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Trad. José Rubens Siqueira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANOVAN, Margaret. **Hannah Arendt: A Reinterpretation of Her Political Thought**. New York: Cambridge University Press, 1992.

CHAVES, Rosângela. **A capacidade de julgar: um diálogo com Hannah Arendt**. Goiania: Ed. da UCG, Cãnone Editorial, 2009.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Augustine and the Limits of Politic**. University of Notre Dame Press, 1995.

FRY, Karin. **Compreender Hannah Arendt**. Trad. Paulo Ferreira Valério. Petrópolis: Vozes, 2010.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Trad. Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial: Paulus, 2006.

GRUMETT, David. Arendt, Augustine and Evil. **Heythrop Journal**, v. 41 n.2, 2000.

HAAG, Ierbert. **El problema del mal**. Trad. Xavier Moll. Barcelona: Editorial Herder, 1981.

HEBERLEIN, Ann. **Arendt: entre o amor e o mal: uma biografia**. Trad. Kristin Lie Garrubo. São Paulo: companhia das Letras. 2021.

HICK, John. **O mal e o Deus do amor**. Trad. Sérgio Miranda. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

HILL, Samantha Rose. **Hannah Arendt**. Trad. Juliana Albuquerque. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022

KIESS, John. **Hannah Arendt and Theology**. New York : Bloomsbury, 2016.

MASCHIO, E.A. Dal. **San Agustín. El Doctor de la Gracia contra el Mal**. Batiscafo, 2015.

MAHONY, Deirdre Lauren. **Hannah Arendt's Ethics**. Bloomsbury Publishing, 2018.

MARTINS, Maria Manuela Brito. *Unde malum: o mal em Santo Agostinho*. **Theologica**, 2.^a Série, 47, 2, 2012.

MATHEWES, Charles T. **Evil and the Augustinian Tradition**. Cambridge University Press, 2004.

NEIMAN, Susan. **O mal no pensamento moderno**: uma história alternativa da filosofia. Trad. Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

PEREIRA, Rosalie Helena de Souza. Agostinho de Hipona: considerações sobre o mal e temas correlatos em *De libero arbitrio*. **Veritas**, v. 58, n. 3, set./dez. 2013, p. 567-597.

PINTO, Ana Kelly Ferreira Souto; FILHO, José Reinaldo Felipe Martins. A ideia do mal no comentário ao Gênesis de Santo Agostinho. **REFLEXUS**, ano XVI, n. 27, 2022.

PINTO, Ana Kelly Ferreira Souto; VICENTE, José João Neves Barbosa. Comentários introdutórios sobre os aspectos pedagógicos do pensamento de Santo Agostinho. **Kínesis**, vol. XIII, n° 35, 2021.

PINTO, Ana Kelly Ferreira Souto; VICENTE, José João Neves Barbosa. Memória e interioridade em Santo Agostinho. **Polymatheia - Revista de Filosofia**, v. 15, n. 2, 2022.

SCARDUELI, Adriana Maria Felimbert. **A questão do mal em Hannah Arendt**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2013.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

STRAND, Daniel. Augustine's Privation, Arendt's Banality. In: KABALA, Boleslaw; BAGNULO, Ashleen; PINKOSKI, Nathan (Editors). **Augustine in a Time of Crisis: Politics and Religion Contested**. Palgrave Macmillan, 2021

VICENTE, José João Neves Barbosa. A ameaça totalitária. **Revista Reflexões**, ano 9, n° 17, 2020

XAVIER, Victor Fabiam Gomes; ROCHA, Onielton de Souza. **As duas problemáticas agostinianas**: o mal e o tempo. - Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

Recebido em: 12/2022
Aprovado em: 04/2023